

377
LA

CONSEMA
Comissão Temática Processante e de Normatização

Relatório final sobre representação em face do Conselheiro Carlos Alberto H. Bocuhy

1. RELATÓRIO


Em 06/05/2008, a LLX AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A., às fls. 03/205, interpôs representação endereçada ao Presidente do CONSEMA contra o Conselheiro CARLOS ALBERTO HALLER BOCUHY, objetivando sua exoneração do r. Conselho com fulcro na primeira parte do item 2, do § 5º, do art. 1º do Decreto Estadual nº 34.644/92 ou, de forma subsidiária, sua substituição nas discussões que envolvessem o empreendimento "Porto Brasil/Complexo Industrial Tanigá", na cidade de Peruíbe.

A representação evocou questões a respeito da conduta do interessado, como a que ele: possuía assessor que manifestara-se publicamente, inclusive através da internet, de forma contrária ao empreendimento e à referida sociedade titular; agiu com improbidade administrativa, criticando o empreendimento "antes de conhecer amiúde todos os detalhes do projeto e estudos que seriam elaborados pela Requerente"; se excedeu em suas funções de Conselheiro e usurpou as funções de oficial de justiça, constituindo fato tipificado no art. 328 do C.P. (usurpação de função pública); promoveu a "capitis diminutio" do Conselho, influenciando-o negativamente a respeito da viabilidade do empreendimento; colaborou indiretamente para fomentar rixas de opositores do empreendimento, como a da concessionária de serviços portuários do Porto de Santos, prejudicando a livre concorrência; agiu com abuso de direito, nos termos do art. 187 do C.C., e em postura conflituosa a que deveria manter como membro do CONSEMA, indicando sua suspeição e/ou impedimento para atuar no licenciamento ambiental do empreendimento referido. Disso, buscou-se fazer prova documental nos autos.

Processada a representação, a Secretaria Executiva do CONSEMA determinou no Despacho Especial CONSEMA nº. 033/2008 (fl. 206) a juntada aos autos de cópia: do Decreto Estadual 34.644/92; do Regimento Interno; da Deliberação 06/96; do edital de convocação de audiência pública do dia 26/03/08, em Peruíbe; do Despacho Especial 017/2008, todos do CONSEMA, assim como dos anexos relativos à suspensão daquela audiência pública (do fac-símile do ofício nº. 501/2008 dirigido à Ilma. Sra. Francisca Gorete, do Centro de Convenções em Peruíbe, do despacho que deferiu liminarmente a medida cautelar ajuizada pelo Ministério Público Federal, da lavra do MM. Juiz Federal Antonio André Muniz Mascarenhas de Souza.

A D. Consultoria Jurídica da pasta se manifestou às fls. 251/255 (Parecer CJ-SMA nº. 749/08) e às fls. 309/316 (Parecer CJ-SMA nº. 1157/08).

Trouxe o entendimento de que o pedido de exoneração do cargo de Conselheiro do CONSEMA deve respeitar ao que dispõe o Decreto 34.644/92 e a deliberação CONSEMA 06/96, consignando, que a "eventual exclusão de membro do Consema será deliberada pelo Plenário, na hipótese de "procedimento incompatível com a dignidade do cargo, auferindo vantagens ilícitas ou imorais no desempenho do mandato." (item 4, pág. 253). Corroborou-o à pág. 314 (item 8), com o esclarecimento de que esse regramento foi mantido no art. 124, § 6º, item 2, do Decreto 53.027/2008, que revogou o Decreto 30.555/89, anteriormente modificado pelo Decreto 34.644/92. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica não vislumbrou, pela análise dos autos, qualquer ilegalidade na conduta do representado.



378
M

Posicionou-se no sentido de que o pleito alternativo de substituição do Conselheiro deve restringir-se às hipóteses previstas nos arts. 1º e 2º da Deliberação CONSEMA 06/96, que definem as situações de impedimento e suspeição de Conselheiro (fl. 254, item 5).

O representado se defendeu (fls. 258/301) no sentido de: negar a ocorrência de qualquer excesso ou desejo pessoal que viessem prejudicar, denegrir a imagem ou perseguir a representante; reforçar sua intenção de aprimoramento do sistema ambiental estadual quanto aos sistemas de participação e de informação; não possuir alternativa ao encaminhamento à mesa diretora da cópia do fac-símile, posteriormente substituído pela via original entregue pelo oficial de justiça; exercitar seu livre direito de manifestação, com base em suas percepções e convicções, aprimoradas a partir de larga experimentação.

Os autos foram encaminhados ao Conselheiro Fábio Dib, escolhido como relator da matéria pela Comissão Especial Processante, para dar seu parecer.

Ele entendeu que, da análise dos autos e dos documentos acostados, o Conselheiro Carlos Bocuhy não cometeu qualquer excesso, sendo sua participação típica de um cidadão comprometido com a causa ambiental e "que por ter expertise, consegue desempenhar bem sua função".

Nesse sentido, considerou capciosa a indicação de que o Conselheiro seria assessorado por terceiros, pois os documentos nos quais se funda esta alegação não permitiriam tal ilação.

Quanto a usurpação de função pública, esclareceu que as "ordens judiciais, ainda que em caráter liminar, obrigam agentes públicos; que não podem deixar de atendê-las sob as penas da lei (...)" e que o fac-símile é meio idôneo de transmiti-las.

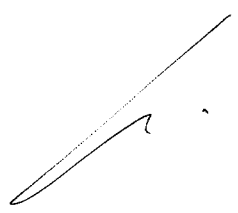
Considerou, à luz das normas que regulam as atividades e condutas dos Conselheiros do CONSEMA Paulista, em especial a contida no item 2, § 5º, do art. 1º do Decreto Estadual nº. 34.644/92, e das provas existentes nos autos, não haver qualquer indício de "procedimento incompatível com a dignidade do cargo de conselheiro", muito menos de que "haja provas de obtenção de vantagens ilícitas ou imorais no desempenho do mandato".

Em relação ao impedimento e à suspeição considerou, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Deliberação CONSEMA 06/96, não haver provas nos autos que indiquem qualquer das hipóteses descritas.

Acatou e adotou os fundamentos da Consultoria Jurídica da Pasta quanto à aplicação do Princípio da Legalidade, fazendo-se necessária a análise da ocorrência de condutas do Conselheiro Carlos Bocuhy subsumíveis às hipóteses normativas.

Por fim, opinou e votou pelo "arquivamento da representação, dada a ausência de comprovação de qualquer excesso ou irregularidade na conduta do representado, declarando insubsistentes os pedidos de exoneração da função de Conselheiro e de sua substituição em caso de prosseguimento do licenciamento, a menos que o mesmo se declare suspeito ou impedido."

É o relatório.



349
24

2. FUNDAMENTAÇÃO

Em relação às questões da suspeição, do impedimento e da exclusão, existe carência superveniente por falta de interesse de agir, tendo-se em vista o fato do Conselheiro Carlos Alberto Haller Bocuhy não mais integrar o quadro do CONSEMA, conforme o decreto de 16/09/10 do DOESP.

3. DELIBERAÇÃO

Diante do exposto, a Comissão Temática Processante e de Normatização propõe o arquivamento do presente processo pelas razões expostas na fundamentação.

São Paulo, 08 de setembro de 2011.

Comissão Temática Processante e de Normatização


Daniel Smolentzov
Relator
Comissão Temática Processante e de Normatização